

ORÇAMENTO

Votação vai ocorrer antes do 2º turno

Pelo acordo,
Sarney ficará
proibido de iniciar
obras novas

BRASÍLIA — Representantes do PT e do PRN chegaram ontem a um acordo com o relator-geral do Orçamento Geral da União para 1990, deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), para permitir a votação do OGU ainda na semana que vem, antes do segundo turno da eleição. Pelo acordo, Tinoco vai proibir, no seu relatório, que o presidente Sarney possa iniciar obras novas nos seus 75 dias finais de mandato em 1990 — até 15 de março. O governo que termina não poderá também empenhar (comprometer) despesas constantes da "programação especial" criada pelo relator do OGU-90 para atender emendas de parlamentares.

Essa programação foi aumentada na quinta-feira em NCz\$ 402,5 milhões, com a aprovação pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso do parecer do deputado José Carlos Vasconcelos (PMDB-PE), relator setorial de Transportes no Orçamento. Vasconcelos incluiu em seu relatório 105 obras de construção e pavimentação de rodovias, sugeridas por emendas de parlamentares, que levam o total da programação especial de Tinoco a NCz\$ 1,4 bilhão (a preços de maio, equivalentes hoje a NCz\$ 2,2 bilhões para as novas obras e NCz\$ 7,7 bilhões

para a programação inteira).

Essa despesa adicional seria coberta pelo saldo de recursos resultante da correção dos valores do Orçamento por um índice abaixo da inflação, ao longo de 90. Outras despesas, nas áreas de educação e ciência e tecnologia, poderão ser incluídas ainda na programação especial, até o limite de NCz\$ 1,8 bilhão (NCz\$ 9,9 bilhões atuais). Esse teto foi calculado por Tinoco e pelo deputado César Maia (PDT-RJ), como o saldo máximo que vai resultar de

O PT e o PRN queriam saldos como reserva

um "reductor" de 10% aplicado à correção do orçamento.

O PT e o PRN queriam manter esses saldos como reserva de manobra para o futuro presidente fazer uma revisão orçamentária depois de sua posse. O PT, particularmente, criticou a criação da "programação especial", apoiando emenda supressiva apresentada pelo deputado José Serra (PSDB-SP), que considerou inconstitucional a previsão de despesas sem a receita correspondente. Mas Tinoco dobrou a resistência do economista Guido Mantega — representante do PT — e do líder Renan Calheiros — representante do PRN — na reunião de ontem, propondo garantias de que a programação fique condicionada à existência efetiva de saldo de recursos.

Dessa forma, outro ponto do acordo prevê que a execução da "programação especial" seja realizada mês a mês, desde que se comprove o saldo no orçamento. O acordo precisa ainda de aprovação das demais lideranças partidárias o que vai ser tentado na terça-feira. Se o acordo for ratificado pelos líderes, o texto final do OGU 90 poderá ser votado no plenário do Congresso até sexta-feira, dia 15, último dia do prazo regimental. Antes, na segunda, a Comissão Mista votará o relatório setorial de educação, que está atrasado, os destaques a todos os relatórios parciais, e o relatório geral de Tinoco.